

JORGE SANTOS 'VERSUS' PAICV

# Começam os sururus na Ribeira Grande

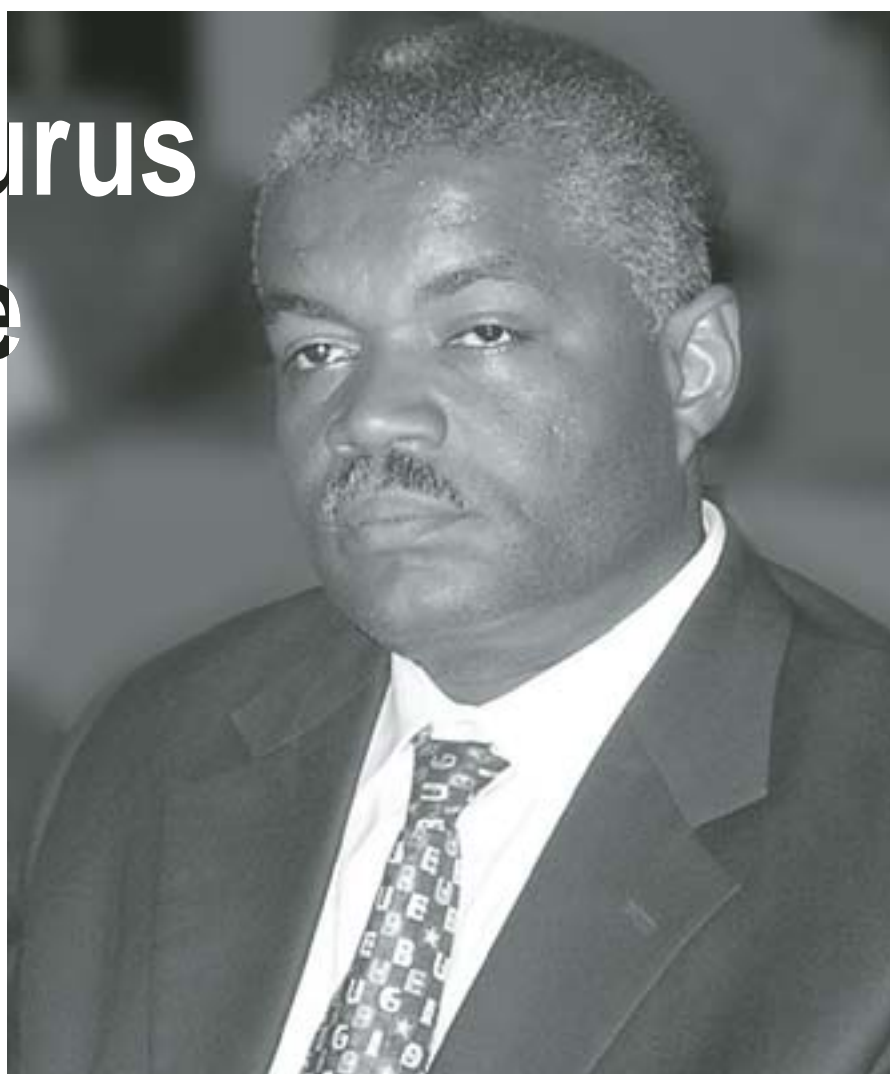
**Alguns responsáveis do PAICV acusam o ex-autarca Jorge Santos de incitar jovens a insultar os membros do governo que se deslocam a Santo Antão para fazer a inauguração de uma ou outra infra-estrutura. Uma denúncia que Santos considera paranóica.**

Segundo uma fonte do PAICV, militantes daquele partido tiveram conhecimento de que o ex-autarca da Ribeira Grande estaria a incentivar um grupo de jovens a insurgir-se contra a inauguração do liceu de Coculi e outras infra-estruturas na ilha das montanhas. E essa informação agitou de tal modo os membros do executivo de José Maria Neves que um dos ministros telefonou a Jorge Santos (foto) a alertá-lo para as consequências de um acto desse tipo.

Outras fontes afirmam que o ministro Armindo Maurício teria contactado o presidente do MpD, Agostinho Lopes, pedindo-lhe que aconselhasse JS a não prosseguir com esse "motim" contra o governo de Cabo Verde. "Penso que, medidas as consequências, Santos desmobilizou os jovens. Ainda assim, soubemos que na cerimónia de Coculi, presidida pelo primeiro-ministro, houve quem quisesse causar algum mal-estar trazendo à baila dívidas deixadas pelo consórcio português que iniciou a obra", avança um técnico santantonense, que pediu anonimato.

Em conversa com **A Semana**, JS disse que "nunca incentivou ninguém a apedrejar o primeiro-ministro, como algumas pessoas especularam nessas últimas semanas". Ademais, o responsável do MpD em Santo Antão classifica tudo isso como um acto "paranóico" de quem "sempre quis incendiar" o clima político na Ribeira Grande. "Já quando da visita do presidente português, Jorge Sampaio, alguém inventou que eu estaria a preparar um acto de protesto contra o presidente da República, Pedro Pires. Por causa disso, o PR não veio a Santo Antão acompanhar Sampaio, para evitar um possível embaraço. São embustes de quem tem manias de perseguição e que acabam por nos afectar a todos".

De todo o modo, JS salienta que ele considera "vergonhoso" o facto de, a pouco mais de um mês das legislativas, JMN continuar a "utilizar recursos do Estado para inaugurações de campanha". "Estou indignado com essa jogada do PAICV e do seu presidente, mas nem por isso faria ninguém tomar atitu-



des drásticas. Até porque só não estive em Coculi no dia da inauguração do liceu pois tive de me descolar a São Vicente, para apresentar uma conferência sobre a regionalização," sublinha Santos.

No entanto, diante das relações já tensas entre as candidaturas do MpD e do PAICV, há quem entenda que a campanha eleitoral no concelho da Ribeira Grande irá ser dura. Aliás, JS afirma em público que para ele qualquer resultado que não seja a conquista dos três deputados eleitos por aquele círculo será uma "derrota pessoal". Isso significa que ele

terá de batalhar para que o PAICV não ultrapasse o desempenho eleitoral das eleições autárquicas de 2004.

Só que as sondagens encomendadas pelo PAICV deixam tudo em aberto quanto à possibilidade deste partido conseguir dois deputados naquele círculo. E outro resultado que não se aproxime deste patamar será avaliado como uma derrota para a equipa liderada por Armindo Maurício. Perante esse quadro, AM terá de lutar com firmeza para não decepcionar os tamarinas no confronto directo com o sobrinho e adversário político. **JAM**

## Senegal vai formar militares cabo-verdianos

Uma missão das Forças Armadas, dirigida pelo Chefe do Estado-Maior, coronel Antero Matos, deve regressar hoje, 23, à capital cabo-verdiana, depois de uma visita de três dias ao Senegal. Além de contactos para o fortalecimento da cooperação entre as instituições castrenses dos dois países, a delegação das FA participou na formatura de cadetes na Escola de Formação de Oficiais da Região de S. Luís para onde a cidade da Praia pretende enviar militares a fim de receberem formação em várias especialidades.

A missão das FA que se encontrava desde o dia 20 em Dacar, integra, além do CEMFA, coronel Antero Matos, o responsável do gabinete deste e o director do Departamento de Logística do Estado Maior. O convite para essa visita, que termina hoje, partiu do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas do Senegal e enquadra-se nas relações de amizade e cooperação existentes entre

as instituições castrenses do país vizinho e Cabo Verde.

Matos salienta que a missão teve como objectivo principal participar na formatura de um grupo de cadetes da Escola de Formação de Oficiais da Região senegalesa de S. Luís, para onde Cabo Verde pretende, proximamente, enviar militares que irão receber formação em vários domínios. "É que a escola de S. Luís ministra formação em várias especialidades, com destaque para os ramos de infantaria, artilharia e transmissões, que devem ser aproveitadas. As relações de cooperação entre o Senegal e a cidade da Praia são antigas e actualmente há uma vontade de ambas as partes para o seu aprofundamento".

Mas para que isso aconteça é fundamental que os militares cabo-verdianos dominem o francês, a língua de trabalho predominante na nossa sub-região. Sobre este particular, Antero Matos anuncia

que o Estado-Maior tem em andamento um curso de francês destinado aos militares nacionais. "Perspectiva-se utilizar a Escola da Região de S. Luís para formar quadros das FA, o que implica o domínio da língua francesa por parte dos formandos. O Estado-Maior está, com efeito, a desenvolver, na Praia, cursos de ensino da língua francesa destinados aos militares de Cabo Verde. Isto em parceria com a Cooperação Francesa e a Associação dos Professores de Francês".

Graças à cooperação com os Estados Unidos da América, as Forças Armadas vêm, por outro lado, desenvolvendo cursos de inglês em alguns quartéis de Cabo Verde. "Estamos, por outro lado, a desenvolver, no quartel Eugénio Lima, cursos de inglês para os militares, os quais vêm sendo orientados por professores formados nos EUA. Existem condições para o seu alargamento a outros comandos, nomeadamente o da primei-

ra região militar de S. Vicente, onde as FA têm já um laboratório montado para o efeito", garante Antero Matos.

Enquanto isso, a unidade dos Fuzileiros Navais (FN), constituída actualmente por 100 homens, tem novas instalações. A instituição militar "inaugurada nesta semana, numa cerimónia presidida pelo ministro da Defesa e dos Assuntos Parlamentares, uma nova infra-estrutura destinada aos Fuzileiros Navais. Trata-se da Caserna de Achada Limpo, composta por 70 camas e orçada em 12 mil contos. Os custos foram completamente assumidos pelo governo de Cabo Verde. O objectivo é evacuar para essa caserna a unidade dos fuzileiros que se encontra no Quartel Jaime Mota, cujo estado de conservação vinha pondo em causa até a segurança do pessoal dos FN", justifica o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde. Alírio Dias de Pina

# DGAE faz nova limpeza aos cadernos eleitorais

**Mais de 600 duplas ou múltiplas inscrições acabam de ser eliminadas dos cadernos eleitorais, conferindo assim ao processo eleitoral de 2006 uma maior fiabilidade. Deste novo lote de inscrições irregulares mais de 64% vêm do recenseamento de 1995.**

A Direcção-Geral de Administração Eleitoral (DGAE) e as Comissões de Recenseamento Eleitoral (CRE) fecharam esta semana os cadernos de eleitores para as eleições de 2006. O prazo para aquelas entidades realizarem esse trabalho de blindagem terminou na quarta-feira, com a eliminação de 646 cidadãos cujos nomes estavam registados mais de uma vez nos referidos cadernos.

Nos termos do artigo 64º do Código Eleitoral, “os cadernos de recenseamento são inalteráveis nos trinta dias anteriores a cada acto eleitoral”. Com as legislativas marcadas para 22 de Janeiro, e por força desse artigo, qualquer alteração nos cadernos só era possível até o dia 21 de Dezembro, quarta-feira.

Mais, manda ainda o mesmo artigo 64º no seu ponto 2 que as CRE lavrem os termos de encerramento dos cadernos referentes ao círculo eleitoral respectivo. A partir de agora apenas por decisão do Supremo Tribunal de Justiça se pode mexer nos cadernos, desde que o recurso nesse sentido seja devidamente sustentado. Entretanto, para um maior conhecimento público, a Direcção-Geral da Administração Eleitoral publica, nesta edição de **A Semana**, a relação dos eleitores cujos nomes foram eliminados nos cadernos eleitorais. Antes, ficou a mesma relação em todas as CRE.

Segundo o responsável da DGAE, Nuias Silva, foram depuradas 648 múltiplas inscrições. Destas oito são jovens que ainda não ti-

nam completado 18 anos de idade no fim do último período de actualização do recenseamento, que terminou a 31 de Julho passado.

Os números ora apurados indicam que 64% dos eliminados (ou seja, 294), reportam ao recenseamento de 1995, tido como o ano mais problemático em termos de duplas ou múltiplas inscrições. Note-se que 84% desses 648 inscrições irregulares nos cadernos eleitorais verificaram-se de 1995 a 2000, último ano da governação do MpD. Os restantes 16% cobrem o período que vai de 2001 a 2005.

E agora estas 646 eliminações irão juntar-se a outros tantos milhares, cerca de 15 mil, saneados antes das eleições autárquicas de 2004.



Além de conferir uma maior transparência e fiabilidade aos cadernos eleitorais, a eliminação das duplas, múltiplas ou mesmo de inscrições fantasmas (eleitores já fa-

lecidos ou que emigraram), permite aferir, no fim de cada acto eleitoral, um índice de abstenção ou absentismo mais próximo da realidade.

## CNE DELIBERA SOBRE NOITE ILUSTRADA E ‘OUTDOORS’ DO MPD

**A Comissão Nacional de Eleições recomendou à Rádio Cabo Verde não reeditar o programa Noite Ilustrada nos moldes em que os ouvintes telefonam para dizer em quem pretendem votar, por tal facto constituir uma “propaganda eleitoral ilícita”. Mas também recomenda ao MpD retirar os outdoors que distribuiu pelo país há cerca de três meses. Uma decisão com pouco ou nulo efeito prático, por chegar a poucos dias do início da campanha eleitoral.**

# Uma no cravo e outra na ferradura

A polémica em torno de Noite Ilustrada está de volta. Tendo tomado “oficiosamente” conhecimento da edição de 13 de Novembro passado do referido programa, em que os ouvintes foram convidados a telefonar para dizer em quem pretendem votar, concluiu a CNE que tal exercício não se deve repetir em nenhuma rádio em Cabo Verde após a marcação das eleições.

O posicionamento da CNE, segundo o seu presidente Bartolomeu Varela, responde em parte a uma solicitação do próprio José Leite que, diante da celeuma suscitada pela edição de 13 de Novembro do seu programa, quis saber se podia reeditar o mesmo tipo de programa, conforme chegou a anunciar. Assim, diante da deliberação da CNE, a segunda edição de NI que deveria ir para o ar este domingo já não se realiza. A mesma sorte terá a que deveria acontecer por altura das presidenciais. “Não concordo com a recomendação, mas respeito-a”, disse o jornalista José Leite a **A Semana**.

No entender da CNE, a edição de 13 de Novembro de NI, ainda que rudimentar, constituiu uma forma de auscultação, logo, uma “pesquisa” ou “sondagem de opinião”, sem que os requisitos científicos sejam respeitados, podendo os seus resultados influenciar os cidadãos eleitores. Até porque, recorda a CNE, dos 175 telefonemas registados a 13 de Novembro, 137 disseram que vão votar no PAICV, 36 no MpD, um na UCID e apenas um se absteve.

A CNE considera que, a fazer escola, programas como aquele poderiam criar em época eleitoral “um ambiente tendencialmente caótico, em que não existiriam regras e imperaria a lei do mais ágil ou do mais audaz, conduzindo a um absoluto “vazio” de poder efectivo para zelar eficazmente pelos princípios” que devem nortear os inquéritos ou sondagens de opinião.

Para a CNE, sondagens ou inquéritos de opinião feitos em directo “através de programas radiofónicos, sem amostra prévia e cientificamente definida e com extrapolação dos resultados em termos de intenção de voto dos participantes, não é susceptível de traduzir, com grau razoável de credibilidade, a expectativa do eleitorado em relação ao sufrágio, podendo, assim, influenciar o comportamento dos cidadãos eleitores na

base de pressupostos pouco ou nada científicos”.

Outrossim, refere a CNE, o “facto de os participantes do programa não só exprimirem a sua intenção de voto, mas também emitirem opiniões justificativas da escolha preferencial de uma ou outra candidatura, configura propaganda eleitoral ilícita”, nos termos do nº 1 do artº 98 do Código Eleitoral”. Daí recomendar a RCV, a não repetição de programas como a NI de 13 de Novembro, “recomendação essa válida para todas as empresas de comunicação social”.

Diante disso, José Leite salienta o facto de a decisão da CNE ser apenas uma “recomendação” e não o reconhecimento de um “ilícito”, razão pela qual não há qualquer “contrar ordenação” em relação a ele, ao programa ou à RCV. “O programa não está proibido, mas recomenda-se que não seja repetido”, afirma, salientando que, se quisesse, poderia recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça, “o que poderia ajudar a clarificar as regras do jogo, já que em causa está o direito dos cidadãos de serem informados e esclarecidos sobre os assuntos que afectam o seu país”.

Para o jornalista, as pressões em torno deste caso são mais do que evidentes. “Apesar do barulho, ninguém apresentou qualquer queixa contra o programa ou contra o seu realizador. A via que se encontrou para silenciar os ouvintes foi outra. As pessoas, na rua, perguntam-me se a deliberação da CNE não é uma forma de censura. Entendo que cada um está no direito de tirar as conclusões que entender”.

Não tendo havido nenhuma condenação formal, razão pela qual sequer foi chamado a prestar qualquer declaração ou a fazer a sua defesa junto da CNE, José Leite entende que a recomendação da CNE levanta vários problemas. Um deles é este: “Se o programa não é ilícito, e não sendo ilícito não houve qualquer condenação, porque a CNE recomenda a sua não reedição?”

### CNE recomenda MpD a retirar outdoors

Em época de clarificação de águas, a CNE decidiu também recomendar o MpD a retirar dos espaços públicos os seus

outdoors, por essa afixação infringir o Código Eleitoral. Esta decisão chega cerca de três meses depois daquele partido ter espalhado pelo país cartazes gigantes, sem que tenha sido autorizado pelas câmaras municipais.

O caso dos referidos outdoors tornou-se gritante depois que surgiram reclamações oriundas da área desse partido em relação ao Noite Ilustrada. Diante disso, houve logo quem questionasse se era legal o facto de o MpD ter colocado pelo país cartazes gigantes em espaços supostamente comerciais, sem a devida autorização das câmaras municipais.

Segundo o presidente da CNE, Bartolomeu Varela, analisado o caso dos cartazes do MpD, também “oficiosamente”, já que não houve qualquer queixa nesse sentido, ele e os seus pares concluíram que o procedimento daquele partido constituiu “de facto, uma propaganda política ilícita”, ao abrigo do artigo 105 do Código Eleitoral. E, sendo assim, a CNE recomenda o MpD a retirar todo o material em causa dos olhos dos cidadãos.

Para a CNE, não fosse assim, os partidos com mais recursos podem sempre adquirir espaços supostamente comerciais, colocando-se em vantagem em relação os seus concorrentes com menos meios financeiros. “A partir da data da publicação da deliberação da CNE, quem fizer publicação ignorando a nossa decisão, será por nós multado”, avisa o presidente da CNE.

A publicação da deliberação da CNE pode, no entanto, levar mais alguns dias. É que apesar de haver já decisão unânime em relação a esta matéria, tal como aconteceu com o caso Noite Ilustrada, o acórdão aguarda pela assinatura dos cinco membros da CNE, dois dos quais se encontram ausentes do país.

A isso se soma o facto de a mesma deliberação surgir quase três meses depois de os referidos cartazes terem sido espalhados pelo país e quando faltam duas semanas para o início da campanha eleitoral. Ou seja, neste caso o efeito prático de tal decisão é praticamente nulo.



## PIQUETE POLICIAL

**A polícia já se encontra nas ruas a tentar dar combate à criminalidade que nesta época do ano tende a aumentar. Assim, e no âmbito do plano operacional "Natal Fim do Ano em Segurança", nos últimos dias foi montado uma mega-operação em São Vicente que resultou na apreensão de pessoas e alguma quantidade de estupefacientes. Na Praia, por mais incrível que pareça, e de acordo com fontes policiais, não se registou "nada de relevante".**



# Natal tranquilo em marcha

Dezembro, mês de festas, de compras e de aumento da criminalidade. Tendo em conta este último ponto, a POP e a PJ montaram uma mega operação na cidade do Mindelo, entre os dias 16 e 19, mobilizando 45 elementos da POP e 14 da PJ. Os agentes policiais fizeram operação stop, das 22 às 24 horas, e rusgas em vários bairros da cidade, das 24 às 3 horas da madrugada.

Nesta operação, que foi dividida em duas partes — Operação Stop e Rusgas — foram apreendidas dez pedras de cocaína, 2.150 escudos e um telemóvel. Um cidadão oriundo da costa Ocidental da África foi detido e um outro jovem preso na localidade de Calhau,

este por alegadamente ter assassinado um pedreiro de 27 anos com uma facada.

Segundo fontes policiais, na sequência de uma briga entre dois jovens por causa de uma bicicleta, o pedreiro Hélder Silva foi morto com uma faca. O agressor, Hamilton Silva Andrade, pescador, também de 27 anos, foi presente ao tribunal de São Vicente, que legalizou a sua prisão.

Na mesma operação foram ainda apreendidas oito munições para pistola Makarov, cinco facas, uma tesoura, uma chave de fenda e uma máquina fotográfica digital, que se encontravam na posse de um cidadão nacional. A nível do trânsito foram fiscaliza-

dos 222 veículos, dos quais 38 se encontravam em transgressão. Destes, dez foram apreendidos por falta de seguro obrigatório. Em termos de coimas aplicadas por infracções diversas há a registar um montante que ronda os 199 mil escudos.

Na capital, e ao contrário de São Vicente, até ao fecho desta edição a polícia não tinha registado "nada de relevante". O único caso relatado a este jornal foi um acidente registado, segunda-feira, na localidade de Safende. "Quanto ao final de semana na Praia, a direcção de operações não recebeu nada relevante, o que significa que foi calmo".

Prosseguindo a ronda pelos concelhos de

Cabo Verde chegamos ao Tarrafal de São Nicolau onde um indivíduo foi detido na posse ilegal de uma arma de fogo de calibre 12 mm, uma caçadeira.

Do Comando do Sal, A Semana ficou a saber que no domingo de manhã, na vila de Santa Maria, António Joaquim Delgado, 32 anos, foi encontrado sem sinais de vida nas proximidades de um hotel. Este jovem de Santo Antão que residia nos Espargos, ter-se-á enforcado com uma corda.

Em São Filipe na segunda-feira, no intervalo entre as 13h30 e 14h30, a delegação dos TACV, localizada no centro da cidade, acusou uma tentativa de roubo.

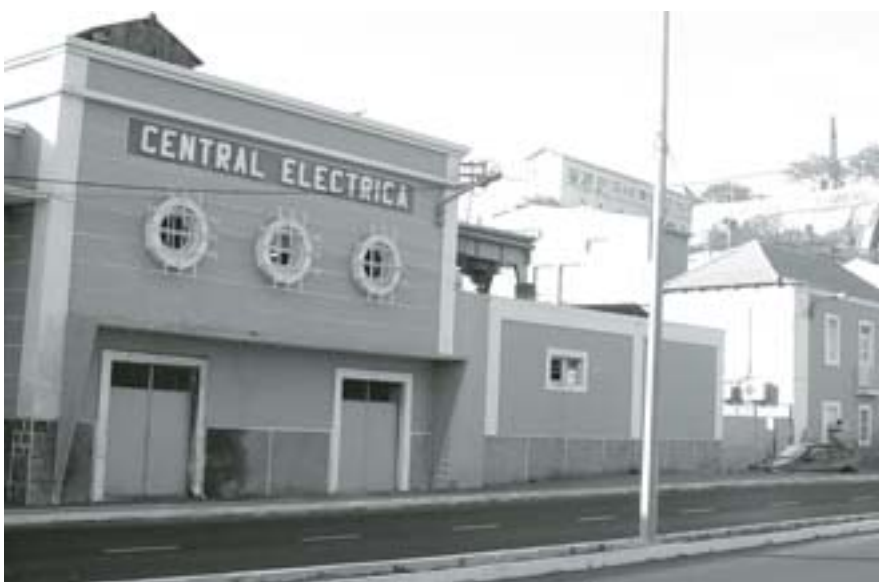
Sexta-feira, 23 de Dezembro de 2005

# Governo e Electra firmam "acordo possível"

O Governo e a Electra rubricaram na última quarta-feira, 22, um acordo que define as regras para os oito geradores adquiridos pelo Estado de Cabo Verde acederem às redes de distribuição de energia eléctrica, que são geridas pela Electra. Estão assim criadas as condições para que esses geradores entrem em funcionamento mal aconteçam avarias, ou substituir os grupos centrais da Electra quando estes entrarem em manutenção.

O acordo consiste, de acordo com o ministro João Pereira Silva, em responsabilizar as partes: a Electra, que terá de instalar os geradores nos seus espaços, utilizar os transformadores e outros equipamentos para fazer as ligações e ainda custear a energia que estes consomem; e o Estado que põe à disposição da Electra e sem quaisquer custos adicionais os oito geradores que foi comprar em Portugal. "Estabelecemos as condições para os geradores acederem à rede e definimos as responsabilidades das partes", afirma Pereira Silva, lembrando que o regime de concessão atribuído à Electra só lhe dá exclusividade no transporte e distribuição de energia.

"A rede de distribuição pertence ao Estado de Cabo Verde, mas foi concedido à Electra por um determinado período. Era, por isso, necessário alcançar esse acordo porque é esta empresa que gere a rede nacional de distribuição. A Electra é proprietária apenas das centrais", frisa o governante, para quem o Estado de Cabo Verde só optou por adquirir esta reserva de energia porque a



Electra alegou não poder arcar com mais despesas.

Embora não detalhe os termos do acordo, fontes de **A Semana** comentam que este vem desmontar os argumentos do presidente da Comissão Executiva desta empresa que defendia, entre outros aspectos, a necessidade de se protocolar a utilização dos novos geradores adquiridos pelo Governo, sobretudo no que toca ao seu funcionamento e às responsabilidades do executivo neste processo. Além do mais, prossegue a nossa fonte, ainda antes de os geradores chegarem à Praia, Rui Santos lembrava que a situação da Electra não lhe permitia acatar soluções que representassem mais custos para a empresa, como a

antecipar a resistência que o governo iria encontrar junto da empresa na hora de os integrar na sua rede de distribuição.

"A Electra estava a exigir que lhe fosse facultado o acordo assinado entre o governo e a empresa Energias Renováveis de Cabo Verde. Entendemos que essa exigência era um abuso porque a Electra não tinha nem tem rigorosamente nada a ver com esse processo", explica uma outra fonte contactada pelo jornal, para quem os equipamentos chegaram e era necessário definir as regras do seu funcionamento dentro das redes da Electra.

"O governo prometeu uma reserva de energia e cumpriu e em tempo recorde, o que surpreendeu a Electra que não

acreditava nesta possibilidade", completa a fonte que vimos citando.

Exactamente por isso, o acordo só foi possível após aturadas negociações. Os meandros do processo são ainda preservados mas, assegura a nossa fonte "foi o acordo possível, que garantirá o funcionamento e utilização da reserva de energia em caso de necessidade". É entretanto perceptível o cuidado com as palavras, talvez para não ferir susceptibilidades, sobretudo porque alguns sectores do executivo começavam a defender o recurso à requisição civil para impor a reserva à empresa, caso as negociações fracassassem.

Uma posição de força que poderia não só não só azedar ainda mais as relações já tensas entre o Estado de Cabo Verde e esta empresa, - cujos accionistas principais são a Energias de Portugal (EDP) e a Águas de Portugal (AdP) - como também chamar os partidos políticos, sobretudo os da oposição, para a arena. Ciente do apoio da população, de acordo com as nossas fontes, a resposta do executivo de José Maria Neves seria também bastante vigorosa. "Se os partidos se posicionassem do lado da Electra mostrariam claramente que se trata de uma estratégia conjunta feita com o único e exclusivo objectivo de atacar o Governo e principalmente o primeiro-ministro José Maria Neves. Aliás é sintomático que meses antes, o maior partido da oposição prognostica cortes para o Verão, por exemplo, ou então para o Natal", conclui.

Constança de Pina

## CASO CANÁRIAS



## Data de julgamento continua "congelada"

As oito cabo-verdianas detidas nas Canárias podem passar o Natal atrás das grades e sem saberem quando serão levadas a julgamento. Segundo Juan Cardena, Cônsul de Cabo Verde no arquipélago espanhol, a data do julgamento deveria ser anunciada em Novembro mas, pelo andar da carruagem, acredita que a incógnita irá prevalecer até ao fim do ano.

"Estamos no final de Dezembro e ainda não fomos informados da data do julgamento. Falámos com um responsável, mas ele não nos adiantou nenhum cenário. O Tribunal anda abarrotado de processos e, sinceramente, acho muito difícil que se venha a marcar o julgamento até ao final deste ano", diz Cardena, que tem agendada uma visita às reclusas na próxima segunda-feira e, como confessa, vai com alguma preocupação e dor de alma, por não lhes poder adiantar nada sobre a data da audiência. "Sei que elas estarão ansiosas por saber as novidades e temo não ter a notícia que gostariam de ouvir", desabafa o Cônsul, adiantando que as oito reclusas só podem receber visitas programadas na cadeia, e estas não podem exceder uma hora.

Segundo Juan Cardena, as mulheres andam inconformadas com esta alegada demora do Tribunal de Las Palmas, já sem paciência para continuarem a suportar a monotonia da prisão. A pior angústia que as tem assolado, na perspectiva de Cardena, prende-se com o facto de ainda não saberem quando irão enfrentar o poder judicial e receber o veredicto final.

"A Justiça é lenta em toda a parte do mundo. Às vezes, elas pensam que o problema tem a ver com a falta de vontade do governo de Cabo Verde e das Canárias, mas tentámos mostrar-lhes que essa forma de ver as coisas não é a mais correcta. Creio que o problema reside no facto de Tribunal estar muito atabalhoado de processos e de julgamentos", diz Juan Cardena.

Detidas no aeroporto de La Palma, as oito mulheres correram o risco de serem acusadas de tráfico humano, crime grave, severamente punido. Com o passar do tempo, este perigo foi sendo dissipado paulatinamente e, segundo consta, as oito suspeitas poderão agora ser julgadas por falsificação de documentos.

KzB

## Coabitação forçada e tensa em Horta Seca

Três meses depois de serem contemplados habitações sociais em Horta Seca, São Vicente, os moradores individuais que partilham uma mesma casa não se entendem. António João Fonseca, um dos contemplados que sempre questionou a coabitação forçada, dá voz à este descontentamento e, avisa, a situação pode desembocar em brigas mais sérias.

Partilhar uma residência não é tarefa fácil para um casal, menos ainda para pessoas individuais que, por força das circunstâncias, se sujeitam a dividir o mesmo tecto. Ex-morador do Alto São João, António Fonseca é um dos seis individuais juntados em três casas. Não fuma, não bebe mas, para azar seu, o seu "companheiro" é adepto do álcool e do fumo e, para complicar uma situação por si só complexa, carrega os seus colegas de paródia para casa. "Estou a ser sufocado. Já conversei várias vezes com o outro morador mas ele continua com o mesmo comportamento. Ultimamente estamos constantemente a discutir e temo que a situação evolua para pior", afirma Fonseca.

Conta que para evitar que um mal maior aconteça, expôs o problema numa reunião realizada no sábado passado com a comissão responsável pelo acompanhamento dos moradores de Horta Seca. Mas, para a sua infelicidade, a resposta que recebeu da responsável de Promoção Social da Câmara de São Vicente é que não foi coagido a aceitar viver em conjunto. Aliás, poderia ter ficado no Alto de São João. E mais, se está a sentir muito incomodado sempre pode retirar-se.

"Estou a sentir-me discriminado porque fui um dos primeiros seleccionados pelo governo para receber uma casa nova e onde tenho direito a viver com algum sossego", desabafa Fonseca, que destaca o facto de uma das casas estar vazia - a pessoa contemplada faleceu - e haver outras duas em obra. "Acho que me poderiam dar uma das casas. Eu só quero paz".

Para a responsável pela área de Promoção Social da Câmara de São Vicente esta era uma situação previsível e, por causa disso, tiveram o cuidado de prevenir as pessoas sobre os riscos de viver em conjunto. "Foram construídas 22 casas, alojámos 19 famílias e restaram três casas para seis individuais. Não obrigámos essas pessoas a aceitar estas casas, inclusive foram os próprios que escolheram os seus companheiros. À partida, pensamos que conheciam os defeitos e virtudes de cada um", frisa Antónia Júlia dos Reis, que promete reunir os moradores para tentar encontrar uma resposta satisfatória.

Sobre a casa desocupada, Antónia Júlia dos Reis esclarece que ainda não se decidiu como é que se vai processar a escolha do novo inquilino. Mas o mais correcto, afirma, será que a escolha se faça através de um sorteio entre os individuais. Uma outra alternativa poderá ser os próprios moradores escolherem a pessoa mais indicada para ocupar a casa. Já as outras duas, conclui, ainda estão em obras e não se sabe quando ficarão prontas.

Constância de Pina

## MÃE COBRA PENSÃO ALIMENTÍCIA NO TRIBUNAL MAS...

# ...30 Mil escudos depositados algures

Antónia Francisca Rodrigues, 36 anos, quer saber o paradeiro dos 30 mil escudos depositados pelo Ministério das Finanças, entre 2003 e 2004, na conta do tribunal de São Vicente. Esta jovem mãe entrou com um recurso para cobrar a pensão alimentícia de um dos seus cinco filhos e o tribunal deu provimento à sua queixa. O despacho, datado de 1 de Abril de 2003, dirigido à Direcção do Serviço de Contabilidade Pública, ordenava o depósito de dois mil e 500 escudos mensais a partir de Abril, acrescido de mais dois meses, como pensão definitiva. O serviço afirma que fez os depósitos na conta do Tribunal. Mas, infelizmente para esta mãe, nunca apareceram nos talões bancários.

Receber este dinheiro seria a maior prenda de Natal para esta jovem mãe desempregada e com cinco filhos. Hoje, por contingências da vida, os filhos foram distribuídos entre os familiares. Apenas dois, um de dez anos e outro de um ano e meio ficaram com a mãe. "Não tenho medo de trabalho. Sempre que aparece um dia de trabalho, não importa o quê, vou porque não quero que nada falte aos meus filhos. E os dois mil e 500 escudos que recebo do pai de uma das crianças não chegam para cobrir as suas necessidades. Mas esses 30 mil escudos viriam mesmo a calhar. E já que

o MF afirma que depositou esse dinheiro na conta do tribunal, quero esse montante que é do meu filho por direito", afiança.

O calvário desta mãe para receber a pensão começou ainda antes do nascimento da criança. Segundo assegurou a este jornal, o filho nasceu no dia 14 de Agosto de 1994 e, de imediato, ela accionou o Instituto Cabo-Verdiano de Menores. Através desse serviço recebeu alguns meses de pensão. Mas, um belo dia, o pai deixou de depositar o dinheiro no ICM, que mandou o processo para o Tribunal. "Quando o juiz proferiu a sentença, no dia 1 de Abril de 2003, pensei que os meus problemas iam terminar". Como conta, "o tribunal produziu um despacho à Direcção do Serviço de Contabilidade Pública, do Ministro das Finanças, para que os 2 mil e 500 escudos fossem enviados, por meio de vale postal". Mas, não obstante as diligências do tribunal, nunca recebeu nenhum tostão. O mais estranho é que, quando o tribunal contacta esse serviço, insistem que o dinheiro está depositado na conta do Tribunal. Só que ele não aparece nos extractos", frisa.

A situação normalizou-se em 2004, quando, por sugestão do tribunal, Rodrigues abriu uma conta bancária. Desde então, o MF tem vindo a depositar o di-

nheiro. Agora, afirma, o objectivo são os depósitos anteriores. "Quero saber onde estão os 30 mil escudos, montante correspondente a um ano de depósitos que ninguém sabe explicar onde param", interroga.

O tribunal cível de São Vicente confirmou ao jornal que, através de uma nota, pediu à Direcção do Serviço de Contabilidade para enviar o dinheiro, por meio de vale postal, directamente para Antónia Rodrigues.

Sílvia Costa, escritora de Direito, admite que o Tesouro tem por hábito fazer depósitos colectivos na conta do tribunal. Quando isso acontece, frisa, fica difícil descortinar os contemplados. Neste caso em concreto, afirma, cabe ao Tesouro enviar os talões de depósitos para que se possa fazer a devolução.

Por seu turno, Isa Cardoso Conceição atesta que o Tesouro faz vários depósitos na conta do tribunal, sem especificar este caso em concreto. E quando há reclamações, o Tesouro responde em nota. Entretanto, assevera, os depósitos na conta deste serviço são problemáticos, porque "o tribunal de São Vicente não tem controlo sobre a sua conta".

Nesta troca de "bola" entre o Tesouro e o Tribunal fica claro que Antónia Francisca Rodrigues, mãe de cinco filhos e desempregada, será a única prejudicada.

Constância de Pina





**Depois de oito meses de negociações intermitentes, Cabo Verde e a Comissão Europeia assinaram o novo acordo de parceria no sector das pescas. O documento, divulgado à imprensa na passada sexta-feira, na Praia, traz como grandes novidades a diminuição da captura em águas cabo-verdianas por navios europeus, assim como o reforço na área da fiscalização. Este novo entendimento vigorará entre 1 de Setembro de 2006 e 31 de Agosto de 2011.**

## Europeus passam a pescar menos em Cabo Verde

O braço-de-ferro entre Cabo Verde e a Comissão Europeia no sector das pescas chegou ao fim. Desde Abril em negociações, o governo cabo-verdiano, representado por José Eduardo Barbosa, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e a Comunidade Europeia, através do seu chefe de unidade na Direcção-Geral da Pesca e Assuntos Marítimos, Harm Koster, assinaram o acordo que permitirá às embarcações europeias pescarem nas águas nacionais até 2011.

O novo documento, que entrará em vigor no dia 1 de Setembro de 2006, e cujos tópicos foram definidos na derradeira ronda negocial que decorreu nos dias 15 e 16 na Praia, diminui a concessão de licenças de pesca de 117 para 84 pesqueiros europeus. Desta forma, assinala a acta do acordo a que **A Semana** teve acesso, a capacidade de pesca dos europeus nas nossas águas reduz-se em 28%. Os pescadores comunitários ficam também proibidos de praticar pesca de palangreiro de fundo, leia-se, com rede e isco.

À semelhança do que acontecia anteriormente, os barcos comunitários ficarão ainda proibidos de pescar na Zona Económica Exclusiva nacional, ao abrigo da resolução n.º 3/2005 de 21 de Fevereiro, que interdita aos navios estrangeiros o acesso à zona circunscrita de 12 milhas cabo-verdianas.

Para além destes pontos, o acordo estabelece um sistema de incentivos aos navios comunitários, que façam a descarga e venda de pescado nos portos nacionais. Estipula ainda um “estatuto regional” a partir de 1 de Setembro do próximo ano, tanto para os observadores como para os marinheiros cabo-verdianos, que assim poderão passar a transitar nas ZEE de outros países vizinhos a bordo dos navios comunitários.

Por seu lado, como contrapartida financeira, a UE pagará anualmente a Cabo Verde 385 mil euros. Desse, segundo a acta do acordo, um montante importante — de “pelo menos” 80% — deve ser canalizado para a promoção de uma pesca responsável e para a salvaguarda dos recursos marinhos cabo-verdianos.

### Fiscalização

Para José Eduardo Barbosa, este acordo é “*qualitativamente superior e mais equilibrado*” do que anterior. Como diz, este documento “*para além de ser um garante na defesa do meio ambiente e na preservação das espécies marinhas, posiciona-se claramente contra a pesca ilícita*”. Uma deixa retomada por Harm Koster, que, mostrando-se “*bastante satisfeito*” com o resultado das negociações, afirma também que o actual acordo “*tem como prioridade o combate à pesca ilegal*”.

Traçada esta prioridade, a partir da entrada em vigor deste acordo, Cabo Verde e a CE comprometem-se, por exemplo, a reforçar a cooperação com entidades internacionais, ligadas à vigilância dos mares. Caso da Comissão Sub-Regional de Pescas e da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico. Ao mesmo tempo, a CE assumirá a responsabilidade de partilhar com Cabo Verde os dados que possui relativos à posição dos navios comunitários em águas crioulas.

Mas a menina-dos-olhos deste acordo em matéria de fiscalização é o VMS. Este sistema de localização dos navios por satélite que foi, aliás, um dos cavalos-de-batalha da delegação cabo-verdiana durante as rondas negociais com a CE, será implementado em Cabo Verde. Um processo que, no mínimo, acontecerá 15 meses depois de o acordo entrar em vigor já que, durante esse período, a “*CE fará um estudo sobre a forma de adoptar esse sistema em Cabo Verde*”, diz uma fonte. Um hiato de tempo que, “*tendo em conta os estrangulamentos burocráticos da CE*”, está já a levantar algumas dúvidas sobre a real data em que o VMS passará a monitorizar o movimento dos pesqueiros europeus nas águas nacionais.

### Um percurso sinuoso

Como noticiou **A Semana** ao longo dos últimos meses, as negociações do acordo de pescas estiveram mais

do que uma vez encalhadas. Prova disso é o facto de apenas quase meio ano depois de o anterior acordo ter expirado (o que aconteceu no dia 30 de Junho) ser assinado um novo entendimento.

De igual forma, **A Semana** sabe de fonte segura que a Comissão Europeia, em nota de 11 de Julho, informou Cabo Verde da intenção de não assinar o novo Acordo, o que por si só demonstrava a situação de quase ruptura das negociações. Confrontado por este semanário com este facto, durante a conferência de imprensa da passada sexta-feira, o negociador da CE, Harm Koster, contornou a questão, afirmando: “*O que importa é que o acordo existe e que chegámos a entendimento*”.

De igual forma, José Eduardo Barbosa garantiu que “*nunca o Governo cabo-verdiano sentiu que não havia condições, da parte da União Europeia, para se chegar a um acordo*”. “*Houve momentos difíceis, mas isso é normal em qualquer tipo de negociação*”, disse.

Um desses momentos, apurou este semanário, tem a data de Outubro último, quando um barco espanhol comunicou às autoridades cabo-verdianas a sua entrada na ZEE cabo-verdiana, ao abrigo do acordo de pesca entre a CE e Cabo Verde. Tudo estaria muito bem, não fosse esse mesmo acordo já não existir, na altura. Um incidente que fez levantar dúvidas sobre se a CE tinha informado os armadores europeus sobre o fim do acordo de pesca que mantinha com Cabo Verde.

Para o negociador da CE, estas dúvidas “*não têm razão de existir*”. Em declarações exclusivas a **A Semana**, Harm Koster garante que “*comunicámos a todos os Estados-membros da União Europeia que o acordo de pescas com Cabo Verde expirava no dia 30 de Junho*”. Relativamente ao caso específico do pesqueiro espanhol que entrou na ZEE cabo-verdiana, o chefe de unidade na Direcção-Geral da Pesca e Assuntos Marítimos da CE diz não conhecer essa “*transgressão*”. No entanto, segundo dados recolhidos por este semanário, tal facto foi comunicado à Delegação da Comissão Europeia em Cabo Verde.

**Pedro Miguel Cardoso**

## Movimentação turística



## Hotéis fecham Natal e Fim de ano com casa cheia

Os hotéis de Cabo Verde, principalmente os localizados nos principais centros urbanos - Sal, São Vicente e Santiago - fecharão o Natal e Fim de Ano com casa cheia. O presidente da Assembleia-Geral da Unotur, António Lobo, garante que quase todos os hotéis do Sal, grandes e pequenos, estão com "over book". E a situação repete-se nas ilhas de Santiago e São Vicente. Contrariando a tendência, Boa Vista apresenta uma ligeira quebra no mês de Dezembro com a taxa média de ocupação dos seus hotéis a rondar os 50%.

A quadra festiva é normalmente profícua para os hotéis de Cabo Verde por causa do clima ameno e das águas quentes e cristalinas que banham as ilhas, em oposição às baixas temperaturas da Europa. E este ano, de acordo com António Lobo, as perspectivas são "mais que positivas", inclusive os hotéis dos Sal já começam a dizer não, por não terem capacidade de resposta, aos operadores turísticos de Portugal que os estão a contactar para estudar a possibilidade de realizar voos charters, sobretudo para o fim do ano. "Estamos com um fluxo turístico muito bom. Mesmo os hotéis pequenos estão cheios. Este ano foi positivo", comemora António Lobo, realçando ainda o facto de, mesmo hotéis recentes como o RIU Funaná, - 500 quartos, estarem cheios. E, com o aproximar do final do ano, as reservas aumentam.

Na ilha do Sal, esta é uma realidade

que se pode constatar no Crioula Hotel que, segundo Rómulo Soares, se encontra com as reservas completas. Situação que se repete nos restantes hotéis da ilha do aeroporto. Em São Vicente, o quadro não é muito diferente e os gerentes dos estabelecimentos "esfregam" as mãos de contentes. Por exemplo, o MindelHotel já está com uma "uma boa casa" e a tendência é crescente para o final do ano. "Estaremos completamente cheios na passagem do ano", assevera uma funcionária.

Na ilha de Santiago, as infraestruturas hoteleiras estão repletas. É o caso do Hotel Trópico que, de acordo com o seu responsável, José Ramos, "milagrosamente está cheio". Neste caso em concreto, Ramos destaca principalmente os efeitos positivos do Aeroporto da Praia. Pelas contas deste responsável, o ADP acabou por ajustar a ocupação deste hotel em 2005. "Somos um hotel essencialmente dirigido a homens de negócios e, pela primeira vez na sua história, vamos fechar o ano com 'over book'. Mas não é só o nosso hotel que está cheio, todo o parque hoteleiro da ilha está bem composto", comemora.

Também no Hotel Praia-Mar as expectativas são muito animadoras. A infra-estrutura apresenta uma ocupação bastante razoável neste momento, à volta dos 70/75 por cento. E a procura até ao fim do ano supera as capacidades de resposta do hotel. Para as festas que se

aproximam, a direcção pretende realizar actividades no Tabanka Mar e no restaurante. O mesmo cenário se repete no Hotel Luar, que também apresenta uma "taxa satisfatória".

Mas as reservas não se concentram apenas na capital, Praia. O Hotel Tarrafal, situado na Vila do Mangue, também apresenta casa cheia nesta quadra festiva. Segundo Isa Amarante, ainda há vagas para o Natal mas, para o fim de ano, esgotaram-se os quartos.

Na Boa Vista, as coisas estão a caminhar em ritmo mais lento, mas a expectativa é que as reservas venham a aumentar nos próximos dias. No Estoril Hotel, por exemplo, a ocupação está um pouco abaixo das previsões e para o final do ano as reservas chegam aos 80%. "Os pedidos de reserva deverão aumentar nos próximos dias. No geral o ano não foi mau para o hotel. Tivemos uma ocupação média à volta dos 75%. Também tivemos picos interessantes em que chegámos aos 95% de ocupação", explica Wagner.

Já no Hotel Boa Vista o cenário é ainda algo desanimador. Segundo Gerson Mendes, a unidade está com uma taxa de ocupação baixa e até agora não recebeu grandes reservas para a quadra festiva. "Se as coisas continuarem do jeito que estão, teremos 50 pessoas na casa no Natal. Mesmo assim, estamos a preparar uma noite especial para o fim-de-ano".

Constância de Pina

## Confusão no escoamento de cargas para as ilhas

O escoamento das bagagens e cargas para as ilhas é normalmente problemático nesta época do ano em que a procura supera a capacidade de resposta da transportadora aérea cabo-verdiana. A abertura do Aeroporto Internacional da Praia criou expectativas que a realidade encarrega de deitar abaixo por causa de falhas no funcionamento do terminal de cargas. São as contradições do desenvolvimento e crescimento desta infra-estrutura há muito aguardada por Cabo Verde.

As queixas dos passageiros provenientes da Europa, EUA e Brasil aumentam de intensidade e, neste caso em concreto, apontam para o horário de funcionamento do terminal de cargas ADP. É que, segundo informações apuradas por este jornal, desde que se mudou para as novas instalações o terminal passou a trabalhar em horário normal de expediente, perdendo assim grande parte do movimento dos aviões, como os voos para as ilhas que saem normalmente antes do serviço iniciar as suas actividades. Com isso, frisam as nossas fontes, os aviões aterram nos aeroportos das ilhas, concretamente de São Vicente, vazios de carga, enquanto os passageiros abarrotam o aeroporto à procura dos seus volumes.

O director de marketing da TACV garante que a empresa está a operar na sua máxima força, 24 sobre 24 horas, e que, por causa da demanda, nos últimos dias a empresa optou por alugar alguns aparelhos que têm vindo a aliviar a pressão, sobretudo no escoamento das cargas. A nível interno por exemplo, afirma, desde Novembro a TACV está a trabalhar com a empresa privada Cabo Verde Express, sobretudo na linha São Vicente/São Nicolau, São Nicolau/Praia e São Nicolau/Sal. E agora fretou um ATR.

"De facto, temos tido alguns problemas com o escoamento da carga que vão persistir até quinta e/ou sexta-feira, 23. É que nesta altura do ano, nem o boeing 747 conseguiria responder à demanda. Mas reforçamos a nossa capacidade recorrendo ao aluguer de aparelhos. E agora, para além da CV Express, estamos a trabalhar com a Air Atlantic, uma empresa das Canárias. Trata-se de um aparelho ATR semelhante aos da empresa", esclarece Raul Andrade.

Entretanto, uma fonte da empresa, sob anonimato, debita parte das responsabilidades a outros serviços, designadamente a Alfândega e a Guarda Fiscal. Isso porque, esses serviços trabalham com horários diferentes, o que dificulta o escoamento da carga. "A carga não sai do ADP sem a fiscalização da Alfândega e da Guarda Civil. Exactamente por isso, estes dois serviços terão de adequar os seus horários aos da TACV", revela a nossa fonte.

O director da Alfândega da Praia, Joaquim Sena, recusa assumir esta responsabilidade. Sena admite que houve esse problema durante algum tempo, mas a falha foi ultrapassada há pelo menos três semanas, depois de uma reunião entre a ASA, a TACV e a Alfândega. Desde então, diz, a Alfândega e a GF estão 24 sobre 24 horas no ADP.

Com a TACV e Alfândega a garantirem que trabalham 24 sobre 24 h fica entretanto a reclamação de um cliente que narra assim as suas aventuras no terminar de cargas do ADP: "Eles encerram o atendimento ao público às 17 horas e só voltam a reabrir às 7:30 horas. Um horário que depende da chegada do funcionário e da vontade deste abandonar o seu local de trabalho. Há dias queria despachar uma carga de manhã para São Vicente e tive de esperar até às 9:20 horas, hora a que o funcionário chegou. Resultado: a carga ficou três dias à espera, em vez de quinta-feira só chegou segunda-feira ao Mindelo".

CP

Sexta-feira, 23 de Dezembro de 2005

Escondidas ilhas



## BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

## TAXAS DE JURO

Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8.50
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.50
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.00
20-12-2005	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
28-11-2005	Taxa Base Anual 2)	3.07
	Títulos da Dívida Pública	
28-11-2005	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	2.38
21-12-2005	Obrigações de Tesouro - 10 anos	5.78

## TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 23-11-2005

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	78.578	78.719
SUICA	CHF	100	7,097.858	7,110.633
DINAMARCA	DKK	100	1,477.293	1,479.983
EUROPA	EUR	1	110.265	110.265
INGLATERRA	GBP	1	162.433	162.736
JAPAO	JPY	100	79.059	79.186
NORUEGA	NOK	100	1,371.305	1,373.995
SUECIA	SEK	100	1,173.015	1,175.873
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	92.133	92.334
SENEGAL	XOF	100	16.810	16.810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	14.454	14.656

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes. O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.



## Aconteceu

• A Acrides realizou, no dia 21, um Natal especial para as crianças da escola de Lavadouro e do centro AEC. Durante a cerimónia, presidida pela ministra da Justiça, e seguida da presença do embaixador de Portugal em Cabo Verde, a Acrides recebeu uma viatura, equipamentos informáticos e mobiliário de escritório, tudo financiado pela Cooperação portuguesa. O evento aconteceu em Achada São Filipe, no pátio do liceu Constantino Semedo.

• Música, dança, drama, filmes e um lauto jantar fizeram a festa de Natal que a Associação Cabo-Verdiana para Apoio à Terceira Idade (ACATI) organizou no dia 17 para os idosos de S. Vicente, no espaço social da Igreja do Nazareno de Monte Sossego, no Mindelo.

• Os idosos da ilha Brava também celebraram no dia 17, a sua tradicional festa de Natal, uma iniciativa da Câmara Municipal. "Este ano, optámos por levar os idosos da Vila de Nova Sintra de autocarro para outras localidades, de forma a confraternizar com outros idosos. São pessoas que não se vêem há muitos anos e que puderam passar algumas horas agradáveis juntas", assevera Hermes Machado, da CM.

• A Polícia de Ordem Pública, madrinha da Casa Áustria da aldeia SOS em Ribeirão Chiqueiro, entregou no dia 21, um cabaz familiar a 11 crianças daquele lar.

• O Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar lançou no dia 20, a Campanha de Solidariedade 2005/06. Esta acção contou com intervenções de várias personalidades como Felisberto Moreira, presidente do ICASE e do primeiro-ministro, José Maria Neves. Mais, tiveram também direito a cultura: a peça "Maria Badia", de Princesito.

• No dia 17, cerca de 250 crianças de diversos bairros da capital levaram para casa prendas oferecidas pela associação juvenil Black Panthers. Na mesma linha, 50 famílias carenciadas da Várzea receberam os géneros alimentícios que lhes vai proporcionar "uma ceia de Natal condigna". O acto foi presidido pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Sidónio Monteiro, e pelo padrinho do Infância Mini Black, Renato Valente.

• A Câmara Municipal da Praia fez acontecer no dia 21, uma festa de Natal para os idosos do centro de Castelão. O acto que contou com actividades lúdicas e culturais ainda ofereceu um cabaz de Natal a todos os utentes deste centro de dia. De igual modo, ontem, 22, a CMP promoveu, no pólo educativo de São Francisco, uma festa de Natal para as crianças de São Francisco e Portete.

• Em Santo Antão, duas professoras organizaram uma campanha para proporcionar um "sorriso largo no Natal" às crianças do concelho da Ribeira Grande. São dois dias de recolha de prendas, de teatro, de música, de dança e de muita brincadeira. Ontem à tarde, a meninada concentrou-se no polivalente da Ribeira Grande, onde aconteceu uma tarde cultural com a apresentação de vários artistas locais, brincadeira de palhaços, leitura de poemas, entrega das prendas angariadas e muito convívio.

• O Hospital Baptista de Sousa em São Vicente realizou na quarta-feira, 21, um Natal antecipado e cheio de surpresas para os seus doentes. Biús, Nando da Cruz e Zé Delgado foram alguns dos artistas que proporcionaram um "ambiente familiar e de festa" àqueles que neste data tão especial se encontram longe das suas casas e dos seus familiares.

## COMUNIDADES ESTRANGEIRAS CELEBRAM O NATAL

**Aproveitando a época festiva, A Semana foi ouvir os imigrantes que escolheram Cabo Verde para viver, dando voz às suas preocupações, ambições e alegrias. Nesta edição, cristãos e muçulmanos residentes no arquipélago contam como celebram o Natal e como estão prontos a honrar a imagem de Jesus Cristo. Juntos querem lançar uma mensagem de tolerância e relembrar ao mundo que a maior prenda que a humanidade pode dar a este Planeta é uma paz infinita.**

Por: KIM-ZÉ BRITO



# Apelo à paz

**B**arry John, tal como os colegas nigerianos, já sabe como vai comemorar o nascimento de Jesus Cristo, este ano, na cidade do Mindelo. A comunidade residente pretende escolher uma casa e lá passar a ceia do Natal, num ambiente de confraternização, acompanhada, quase certo, pelas lembranças dos familiares que ficaram na terra do continente negro.

No fundo, como explica Barry, trata-se de uma simples celebração da amizade, tal como os cristãos cabo-verdianos e de tantas outras nacionalidades costumam fazer por altura deste evento, símbolo da paz e da fraternidade entre os homens. E, para o presidente da Associação dos Nigerianos, o ambiente vivido actualmente é menos turbulento com a sociedade cabo-verdiana.

"Somos maioritariamente cristãos mas, entre nós, não há espaço para diferenças religiosas. No fundo acreditamos todos no mesmo profeta. Mesmo quando há celebrações típicas dos muçulmanos, pode participar quem quiser", esclarece Barry, que aproveita esta quadra para enviar um Natal Feliz a todos os cabo-verdianos, às comunidades estrangeiras radicadas em Cabo Verde e aos dirigentes governamentais.

Originário da Guiné-Conacri, Mohamed Dialó professa o islamismo e, segundo as suas palavras, jamais sentiu qualquer tipo de impedimento em praticar os seus cultos, em Cabo Verde. E, para ele, esta realidade marca uma grande diferença entre este arquipélago e outros países. Todavia, tal como outros descendentes da costa oeste africana, já sentiu na pele

alguma dose de discriminação, alegadamente por causa da cor da sua pele.

"Adoro esta terra mas sei que nem todas as pessoas são iguais. Quando um jovem estudante dirige-se à minha pessoa a ponto de sentir-me atingido no meu ego, só tenho de lhe perdoar. Vejo apenas um indivíduo que, além de tudo, desconhece a história da própria África", comenta Dialó, que vive em Cabo Verde há um ano e meio e leva a vida a vender bijutarias nas ruas, aliás, como a maioria dos conterrâneos. Quando Dialó decidiu experimentar a sorte em Cabo Verde, veio com o espírito animado pela ilusão de poder batalhar e ser devidamente recompensado pelo seu esforço. Chegou a conhecer alguns cabo-verdianos em Conacri e o estilo de vida que a maioria patenteava criou-lhe a falsa ideia de que o país era economicamente estável. Por conseguinte, podia arranjar emprego com facilidade e continuar os seus estudos, quem sabe, numa universidade.

Mas, ao longo deste tempo, foi obrigado a cair na real. Para poder sobreviver, teve de arranjar a sua tábua e andar pelas ruas a tentar vender relógios, pulseiras, brincos e companhia limitada. Agora que o sonho acabou, Dialó só pensa em regressar à sua terra natal. Antes, no entanto, quer passar mais um Natal no meio dos amigos que lhe deram guarida e que, na sua maioria, são também muçulmanos. "Neste Natal - que pode ser o último que passo em Cabo Verde - espero estar cheio de saúde para poder celebrar com os meus irmãos esta data, que também é importante para os muçulmanos. Jesus Cristo, tal como Abraão,

Moisés e outros, é considerado um profeta pela nossa religião", explica Mohamed Dialó.

Outro muçulmano que anseia passar um Natal animado é o senegalês Yaba Ngom, que chegou a Cabo Verde faz apenas um mês. Alto e esguio, Yaba pertence a uma família numerosa, razão por que foi obrigado a abandonar o Senegal e embarcar numa aventura na terra da saudade. Até este momento, as perspectivas estão relativamente cinzentas para este senegalês, que revela ainda alguma dificuldade em falar o crioulo. "Sou um muçulmano e, como tal, defendo o respeito pela vida e a pureza da alma. Aquilo que a minha convicção defende é aquilo que quero desejar aos cabo-verdianos. Sei que existe algum estigma em relação aos emigrantes vindos do continente africano e que vendem produtos na rua. Somos considerados indivíduos 'menos inteligentes' ou criminosos mas será que não somos todos iguais?!", questiona Yaba, adiantando que o verdadeiro muçulmano condena o consumo do álcool e das drogas, por serem nocivos à saúde e inimigos da estabilidade social. E este é um ponto, na sua perspectiva, que deve ser levado em consideração pelas pessoas que possam querer colocar toda a gente no mesmo saco.

"Coloco ênfase neste aspecto porque o Natal é um momento de reflexão, que deve ser aproveitado para corrigirmos os nossos erros e tentarmos melhorar a relação entre os homens", refere este jovem de 34 anos, que gostaria de permanecer mais tempo em Cabo Verde, mais concretamente na cidade do Mindelo. "É uma pequena cidade mas está bem organizada. As casas são bonitas, as ruas são limpas

## NATAL NAS TENDAS

Na tenda Al Shadai, situado no interior de Santiago, o Natal surge como um momento ímpar no processo de recuperação dos toxicodependentes internados e no estado de espírito dos indivíduos contaminados com o vírus da Sida. Para Zé Batalha, director da "Tenda", o Natal incorpora quatro aspectos: o nascimento de Cristo, a união da família, o perdão e um momento de reflexão sobre a vida. A quadra é tão importante para o projecto da "Tenda" que, este ano, come-

çou a ser celebrada a 1 de Dezembro, dia da luta contra a Sida, com uma exposição de artesanato no Palácio da Cultura. Os casamentos de dois ex-toxicodependentes foram também aproveitados para a união da família Al Shadai pois, como diz Zé Batalha, simbolizaram a vitória sobre o vício das drogas. "Quero aproveitar este momento para agradecer à Shell, Enapor, OMS e uma série de casas comerciais que nos têm apoiado nesta luta em prol da dignidade hu-





# az infinita

e gosto da maneira de ser das pessoas”.

Outra recém-chegada a Cabo Verde, Li sente-se, de alguma forma, como peixe fora de água. O problema, como ela explica, relaciona-se com a paisagem seca e o clima quente, apesar de estar a adorar o calor que normalmente aquece o arquipélago, mesmo no mês de Dezembro. É que Li está acostumada a caminhar na neve nesta altura do ano. E a falta desse manto branco está acausar-lhe algum desconforto.

Contratada para vir trabalhar numa loja em Cabo Verde, esta moça praticamente nem tem tempo para conversar com ninguém, devido ao movimento das pessoas. Além do mais, o padrão dela é muito exigente, em matéria de segurança. Por isso ela tem de estar sempre atenta ao comportamento dos visitantes, ainda mais nesta quadra natalícia em que o medo dos assaltos tende a acentuar. “Tenho saudades da minha família mas, como somos muitos chineses aqui, vou estar com os meus amigos. É claro que aqui as coisas são muito diferentes, há menos movimento nas ruas em comparação com a cidade onde vivo na China mas vejo que os cabo-verdianos gostam do Natal. E fiquei satisfeita por ver que preferem fazer as suas compras nas nossas lojas, que têm produtos mais baratos”, comenta a moça, que já conhece as ilhas de Santiago, São Nicolau e São Vicente.

Habitado ao ambiente crioulo, o português Pedro Ramos acredita que este Natal será como tantos outros que já passou em Cabo Verde: cheio de sabura e morabeza, enfim, um momento de autêntica paz familiar. Para Ramos, 2006 augura um incremento nas suas activida-

des comerciais, devido à abertura do Aeroporto Internacional da Praia. “As coisas ficaram mais fáceis e rápidas. Logo este aeroporto vai possibilitar-nos aumentar o ritmo das nossas transacções e acentuar o movimento de pessoas na cidade da Praia e para as restantes ilhas”, comenta Ramos, que nega, entretanto, revelar os projectos que tem em carteira para o próximo ano. Deixa entender, no entanto, que 2006 poderá ser um ano particularmente especial, “dependendo do governo que sair das eleições”.

## NATAL E REVOLUÇÃO

Num outro plano, os serviços consulares de Cuba e da França querem aproveitar o simbolismo desta quadra para promover encontros com os seus conterrâneos residentes em Cabo Verde. A embaixada cubana, por exemplo, está a preparar uma festa no Cube Académico que poderá reunir perto de 300 pessoas, entre cubanos e cabo-verdianos. O encontro, segundo o embaixador Pedro Evelio Gonsaléz, vai estar enquadrado no programa de celebração dos 46 anos da Revolução Cubana.

O ambiente promete ser animado pois, como diz Gonsaléz, os cubanos e os cabo-verdianos adoram conviver, têm em comum o sangue negro nas veias e os estilos musicais dos dois países combinam-se na perfeição. “Vamos ter música dos dois países e pratos típicos de Cuba. Queremos reunir os cubanos residentes e os cooperantes e, quem estiver nas outras ilhas e quiser vir à cidade da Praia, está convidado”, explica o diplomata. Esse serviço consular estima que estejam mais de cubanos a re-

sidir e a trabalhar em Cabo Verde, sem se levar em conta mais 70 técnicos e quadros considerados cooperantes. Satisfeito com o resultado da cooperação entre Havana e Praia, o desejo de Pedro Gonzalez é que esses laços venham a ser reforçados em 2006.

Outra embaixada atenta à especificidade desta data é a da França que pretende cumprir a tradição e agendar uma recepção aberta aos franceses residentes no arquipélago, cujo número pode ultrapassar os 250 indivíduos. Todavia, segundo a cónsul Ivone Tarrabal, a quantidade de franceses que vivem e procuram o arquipélago deve ser muito superior. “Acontece que nem todos estão inscritos nos nossos serviços consulares, mas sabemos do interesse crescente dos franceses por esta terra”, acrescenta a cónsul, deixando claro que os serviços consulares da França estão sempre abertos a receber a visita de todas as pessoas e especialmente dos cabo-verdianos. Aliás, reforça que as relações institucionais com Cabo Verde foram excelentes durante este ano e almeja uma mesma linha de procedimento em 2006.

“Estou particularmente feliz por estar em Cabo Verde e com o percurso das relações de cooperação entre os dois Estados. Abrimos uma escola de ensino da língua francesa na cidade da Praia e ela já conta com mais de 40 alunos. Boa parte é de origem cabo-verdiana”, comenta Ivone Tarrabal, que aproveitou a ocasião para enviar uma mensagem de amor e fraternidade a todo o mundo. Aliás, cristãos e muçulmanos residentes em Cabo Verde são unânimes em defender que a maior prenda que os homens podem oferecer a este Planeta é a Paz Infinita.

## O GOVERNO, ATRAVÉS do

Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, comunica que nos dias 26 de Dezembro e 2 de Janeiro haverá tolerância de ponto durante todo o dia. Não são abrangidos pela tolerância as Forças Armadas, a Polícia de Ordem Pública, a Polícia Judiciária, a Polícia Marítima, bem como os guardas e vigilantes e os serviços de urgência dos hospitais e centros de saúde, que continuarão a praticar os mesmos horários a que se encontram legalmente vinculados.

## NESTE NATAL A FUNDAÇÃO

Infância Feliz vai proporcionar um Natal especial a 2,550 crianças de Santiago, São Vicente e Santo Antão. A fundação quer com este gesto desenvolver e manter uma onda de solidariedade, a nível nacional, em prol das crianças mais desfavorecidas. O Projecto Natal Feliz vai ainda distribuir prendas às crianças em situações de carência, em localidades da ilha de Santiago que acusam maior incidência da pobreza.

## A ASSOCIAÇÃO COMUNI-

TÁRIA Nhô João, do bairro Monte Vermelho, Palmarejo, promoveu uma campanha de angariação de fundos (géneros alimentícios e contribuições financeiras) para proporcionar às pessoas carenciadas do bairro um Natal digno. Assim, aquela associação faz hoje, 23, a entrega a um grupo de 50 famílias na sua maioria chefiadas por mulheres carenciadas ou desempregadas, que necessitam de uma mãozinha amiga para ter um Natal diferente dos outros dias.

Sexta-feira, 23 de Dezembro de 2005

Correio das ilhas

# DAS AL SHADAI

mana. Como costumamos dizer, não é a Tenda que cura mas sim a vontade de Deus. Por isso, a nossa terapia é mais espiritual”, explica Batalha, um ex-consumidor de drogas que hoje desempenha a função de director do estabelecimento.

Neste momento, a Tenda tem 33 internados, entre consumidores e pessoas infectadas com o HIV. Segundo Zé Batalha, apesar de haver internados de todas as ilhas - excep-

tuando São Nicolau - a maior parte dos toxicodépendentes viajou de São Vicente.

Para 2006, a “Tenda” prognostica um ano de novas e duras batalhas. Contudo, o grande sonho deste estabelecimento é poder ajudar as mulheres apanhadas na rede da toxicodépendência. Por enquanto o espaço não tem condições para albergar, mas Batalha adianta que a “Tenda” tem estado com essa preocupação em mente.